Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 07 / 2011
PRESIDENTE

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº002/2011

Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do **"Programa de Metas"** pelo Poder Executivo.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Artigo 1º. Fica acrescentado ao art. 62 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra o artigo 62 A, com a seguinte redação:

"Artigo 62 A- O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após a sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores, os critérios desse indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, inclusive dos consórcios que a Prefeitura participe, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor, com total transparência dos investimentos a serem realizados, com indicação clara da localização, plantas e planilhas de custos dos mesmos.

§ 1º. - O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa local e regional, na primeira edição imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º. – O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, no centro da cidade e nos bairros do Alegre, Camanducaia, Palmeiras, Fundão, Imigrantes, Jardim Holanda, Morada das Flores, Tulipas, Groot, Flamboyant, Pinhalzinho e Ipê.

§ 3º. – O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º. – O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a Lei do Plano Diretor, justificando-se por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5º. – Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;

b) promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;

c) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;

d) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;

e) promoção do cumprimento da função social da propriedade;

f) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;

g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população;

h) transparência nas metas e gastos com os consórcios onde a Prefeitura for participante.

FI Nº 001/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

§ 6º. – Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Artigo 2°. – Fica acrescentado ao art. 124 da Lei Orgânica Municipal os §§ 6º. e 7º) com a seguinte redação:

§ 6º.. – As leis orçamentárias a que se refere este artigo deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da Lei do Plano Diretor.

§ 7º. - As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas aos projetos de Lei do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), dentro dos prazos legais definidos para as suas apresentações à Câmara Municipal, sempre com 2 audiências públicas já realizadas pelo Poder Executivo por lei.

Artigo 3°. – Fica o Prefeito em exercício de mandato incumbido de preparar os índices previstos no § 5º. do artigo 1°. e suas alíneas, com a prévia anuência dos Conselhos Municipais respectivos e de uma audiência pública onde se detalhará o método utilizado.

Artigo 4°. – Esta emenda à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de julho de 2011.

LIDO EM SESSÃO
18/07/2011
PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se

- Promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e os programas do Prefeito eleito, valorizando e qualificando e debate eleitoral e o exercício do voto;
- Permitirá população de Holambra a avaliação e o acompanhamento das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo Municipal durante cada mandato do Prefeito Municipal;
- Aperfeiçoar a eficiência da gestão pública municipal que passará a trabalhar com indicadores e metas a serem atingidas no final de cada gestão, a exemplo da prática de excelência das organizações públicas e privadas bem sucedidas;
- Permitir maior continuidade nas políticas públicas.
- Melhorar a gestão e a qualidade dos gestores das políticas públicas que estarão comprometidas com o cumprimento das metas;
- Melhorar a qualidade dos indicadores e dos instrumentos de avaliação e acompanhamento das políticas públicas.
- Promover e aprofundar a democracia participativa;
- Adaptar à realidade da cidade de Holambra os projetos de conteúdo semelhante que foram de extrema importância em casos extraordinariamente bem sucedidas de desenvolvimento sustentável urbano.

Com certeza Holambra aprovando esta lei, marcará no cenário da RMC uma primazia, que também vai colocar a nossa cidade no noticiário nacional, desta vez com aspectos muitos positivos.

FL Nº 003/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA - SP

O resultado da aprovação desta lei, vai permitir que todo o cidadão Holambrense possa acompanhar de maneira mais fácil como o dinheiro estará revertendo benefícios para a melhoria da qualidade de sua vida em Holambra.

A título de informação, o município de São Paulo aprovou recentemente uma lei do mesmo teor em janeiro de 2008 e em várias outras cidades já em formulação projeto de lei similar, como Belém - PA, Belo Horizonte - MG, Brasília - DF, Curitiba - PR, Florianópolis-SC, Goiânia - GO, Ilhabela - SP, Ilhéus - BA, Januária - MG, Maringá-PR, Niterói - RJ, Recife - PE, Ribeirão Bonito - SP, Rio de Janeiro - RJ, Santos-SP, Teresópolis - RJ, Vitória – ES.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
VEREADORA

MARIO LUIZ SITTA
VEREADOR

ANDREZA ESPERANÇA
VEREADORA

WILSON BARBOSA
VEREADOR

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
VEREADOR

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
VEREADOR

APROVADO EM 1º
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 12/09/2011
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
28/02/2011
PRESIDENTE

FI Nº 004/2011
Processo 090/2011

APROVADO EM 2ª
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 03/10/2011
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo 02021/2011

Data: 13/07/2011 Hora: 11:15:00

Procedência: CÂMARA MUNICIPAL

Assunto: P.E.L.O. Nº002/2011, ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 01,

À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGANICA Nº. 002/2011

No Artigo 1º,

onde se lê a expressão:

"ao art. 62 da"

Leia-se:

"na"

No Artigo 62 A-

onde se lê as expressões:

"a Prefeitura"

Leia-se:

"o Município"

Na alínea 'h', do § 5º., do Artigo 62 A-

Onde se lê as expressões:

"a Prefeitura"

Leia-se:

"o Município"

No Artigo 2º. "caput" e §

Onde se lê:

"6º. e 7º."

Leia-se:

"7º. e 8º."

No Artigo 3º. "caput"

Onde se lê a expressão:

"anuências"

Leia-se:

"anuência"

Fl Nº 005/2011
090/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

No Artigo 3º. "caput"

Onde se lê a expressão:

"artigo 1º."

Leia-se:

"artigo 62 A"

JUSTIFICATIVA:

A emenda ora proposta tem por objetivo única e exclusivamente proceder uma correção para adequação à redação originalmente proposta, bem como alterar os termos "Prefeitura", para que seja adequada corretamente "Município" e ainda corrigir numeração de §, considerando, que o § 6º., no Artigo 124, constante na Lei Orgânica, já existe e ainda uma correção ortográfica, para adequar à técnica legislativa.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 05 de setembro de 2011.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/ Vice-Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
12 / 09 / 2011
PRESIDENTE

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/secretário

Fl Nº 007 / 2011
Processo 090 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

LIDO EM SESSÃO DE 18/07/2011 PRESIDENTE

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº002/2011

Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do **"Programa de Metas"** pelo Poder Executivo.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Artigo 1°. Fica acrescentado ao art. 62 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra o artigo 62 A, com a seguinte redação:

"Artigo 62- A- O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após a sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores, os critérios desse indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, inclusive dos consórcios que a Prefeitura participe, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor, com total transparência dos investimentos a serem realizados, com indicação clara da localização, plantas e planilhas de custos dos mesmos.

§ 1º. - O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa local e regional, na primeira edição imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º. – O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, no centro da cidade e nos bairros do Alegre, Camanducaia, Palmeiras, Fundão, Imigrantes, Jardim Holanda, Morada das Flores, Tulipas, Groot, Flamboyant, Pinhalzinho e Ipê

§ 3º. – O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º. – O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a Lei do Plano Diretor, justificando-se por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5º. – Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;
b) promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
c) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
d) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;
e) promoção do cumprimento da função social da propriedade;
f) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população;
h) transparência nas metas e gastos com os consórcios onde a Prefeitura for participante.

FI Nº 008/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

§ 6º. – Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Artigo 2º. – Fica acrescentado ao art. 124 da Lei Orgânica Municipal os § 6º. e 7º. com a seguinte redação:

§ 6º.. – As leis orçamentárias a que se refere este artigo deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da Lei do Plano Diretor.

§ 7º. - As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas aos projetos de Lei do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), dentro dos prazos legais definidos para as suas apresentações à Câmara Municipal, sempre com 2 audiências públicas já realizadas pelo Poder Executivo por lei.

Artigo 3º. – Fica o Prefeito em exercício de mandato incumbido de preparar os índices previstos no § 5º. do artigo 1º. e suas alíneas, com a prévia anuências dos Conselhos Municipais respectivos e de uma audiência pública onde se detalhará o método utilizado.

Artigo 4º. – Esta emenda à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de julho de 2011.

LIDO EM SESSÃO
18 / 07 / 2011
PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se

- Promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e os programas do Prefeito eleito, valorizando e qualificando e debate eleitoral e o exercício do voto;
- Permitirá população de Holambra a avaliação e o acompanhamento das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo Municipal durante cada mandato do Prefeito Municipal;
- Aperfeiçoar a eficiência da gestão pública municipal que passará a trabalhar com indicadores e metas a serem atingidas no final de cada gestão, a exemplo da prática de excelência das organizações públicas e privadas bem sucedidas;
- Permitir maior continuidade nas políticas públicas.
- Melhorar a gestão e a qualidade dos gestores das políticas públicas que estarão comprometidas com o cumprimento das metas;
- Melhorar a qualidade dos indicadores e dos instrumentos de avaliação e acompanhamento das políticas públicas.
- Promover e aprofundar a democracia participativa;
- Adaptar à realidade da cidade de Holambra os projetos de conteúdo semelhante que foram de extrema importância em casos extraordinariamente bem sucedidas de desenvolvimento sustentável urbano.

Com certeza Holambra aprovando esta lei, marcará no cenário da RMC uma primazia, que também vai colocar a nossa cidade no noticiário nacional, desta vez com aspectos muitos positivos.

Fl Nº 009/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

O resultado da aprovação desta lei, vai permitir que todo o cidadão Holambrense possa acompanhar de maneira mais fácil como o dinheiro estará revertendo benefícios para a melhoria da qualidade de sua vida em Holambra.

A título de informação, o município de São Paulo aprovou recentemente uma lei do mesmo teor em janeiro de 2008 e em várias outras cidades já em formulação projeto de lei similar, como Belém - PA, Belo Horizonte - MG, Brasília - DF, Curitiba - PR, Florianópolis-SC, Goiânia - GO, Ilhabela - SP, Ilhéus - BA, Januária - MG, Maringá-PR, Niterói - RJ, Recife - PE, Ribeirão Bonito - SP, Rio de Janeiro - RJ, Santos-SP, Teresópolis - RJ, Vitória – ES.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
VEREADORA

MARIO LUIZ SITTA
VEREADOR

ANDREZA ESPERANÇA
VEREADORA

WILSON BARBOSA
VEREADOR

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
VEREADOR

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
VEREADOR

APROVADO EM 1º
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 12 / 09 / 2011
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 07 / 2011
PRESIDENTE

APROVADO EM 2ª
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 03 / 10 / 2011
PRESIDENTE

010/2011
090/2011
Processo

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 02021/2011
Data: 13/07/2011 Hora: 11:15:00
Procedência CÂMARA MUNICIPAL
Assunto P.E.L.O. Nº002/2011, ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA.

PARECER JURÍDICO

Considerando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2011, que "Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do "Programa de Metas" pelo Poder Executivo".

Considerando que a matéria em questão encontra legal amparo no artigo 37 da Constituição Federal, traduzindo os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência dos atos públicos;

Considerando que tal projeto não é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, não infringindo, portanto, o disposto no artigo 42 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o propósito desta emenda é promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e os programas do prefeito eleito, valorizando e qualificando o debate eleitoral e o exercício do voto, possibilitando à população a avaliação e acompanhamento periódico das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo Municipal, e, além disso, servindo como ferramenta para aperfeiçoar a eficiência da gestão pública municipal, que passaria a trabalhar com indicadores e metas a serem atingidos;

Considerando, ainda, que diversas Câmaras Legislativas de nosso Estado já propuseram Emendas semelhantes à Lei Orgânica de seus municípios, e que tal matéria não foi tida como inconstitucional, e, inclusive têm sido matéria de questionamento na imprensa sobre o não cumprimento da Lei, o que vincula a idéia da fiscalização pelos munícipes que anseiam pelo resguardo dos princípios constitucionais da moralidade, transparência, publicidade e eficiência;

Considerando, que os gastos com a divulgação do programa de metas é o mesmo gasto que deve ser previsto para a publicação dos atos públicos (artigo 37 da CF), não onerando o Poder Executivo além do já previsto em Lei;

Considerando, finalmente, que existem erros formais que merecem ser corrigidos;

Concluímos que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2011, possui total constitucionalidade, validade jurídica e amparo legal, estando de acordo com o Artigo 37 da Constituição Federal, preservando os princípios da moralidade, publicidade, transparência e eficiência dos atos públicos. Ressalte-se que para que fique isenta de qualquer vício, são necessárias algumas correções de ordem técnica, a serem feitas pela Comissão competente, em reunião apresentadas por esta procuradora.

Fl Nº 011/2011
090/2011
Processo

Assim, com base neste parecer, após as referidas correções, a referida Proposta deve ser enviada para a análise final das Comissões, com posterior envio ao Plenário para votação, e possível aprovação, tendo em vista sua total constitucionalidade e amparo legal.

Esse, S.M.J. , é o parecer.

Estância Turística de Holambra, aos 05 de setembro de 2011.

Aline Flaviane dos Santos Rosa
OAB/SP 299.268
Procuradora Jurídica

Roberto Laffythy Lino
Diretor Jurídico

Fl Nº 012/2011
Processo 090/2011

DESPACHO

GP em 19 de setembro de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 006/2011
Processo 090/2011

DESPACHO

GP em 13 de julho de 2011

1) Ciente,
2) Cópia aos Vereadores;
3) Encaminhe-se à Comissão competente para manifestação no prazo regimental

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

Fl Nº 002/2011
Processo 090/2011

Programa de metas deve ser apresentado na Câmara

O vereador Paulo de la Rua citou matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, a respeito do dispositivo da Lei Orgânica que trata da apresentação do Programa de Metas.

Por Madalena Ferreira
Publicado em 02 de maio de 2011, atualizado em 02/05/2011

Vereador Paulo de la Rua encaminhou requerimento ao Executivo Municipal.

Foi apresentado em Plenário requerimento do vereador Paulo de la Rua Tarancón (PDT) que dirigido ao Prefeito Municipal, solicita informações sobre quais providências serão adotadas no que diz respeito ao cumprimento ao que dispõe o Art. 66-A da Lei Orgânica do Município - Programa de metas, tendo em vista matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, edição do dia 24/04/2011, sob o título "Lei para obrigar que promessas saiam do papel é descumprida".

Salientou Paulo de la Rua que o Legislativo Itapevense aprovou, por unanimidade, em 2008, proposta de emenda á Lei Orgânica do Município, que estabelece o Programa de Metas, a ser apresentado pela atual gestão, com prazo de 90 dias após sua posse. Lembrou que encaminhou requerimento cobrando o cumprimento do referido dispositivo, porém as metas não foram apresentadas da forma como determina a citada legislação.

Justificou o vereador que o Jornal Folha de São Paulo na edição do dia 24/04/2011 no Caderno A - página 09, publicou matéria do jornalista Felipe Caruso, sob o título "Lei para obrigar que promessas saiam do papel é descumprida", onde cita que das 13 cidades paulistas (entre elas Itapeva) que adotaram a regra, apenas 7 apresentaram o planejamento no prazo, de 90 dias após a posse.

Diz a reportagem que "enquanto a sociedade civil começa a se mobilizar para levar ao Congresso a lei que obriga presidente, governadores e prefeitos a apresentar um programa de metas concretas a partir das promessas de campanha, os municípios que aprovaram a norma por conta própria não conseguem cumpri-la".

No Programa de Metas que deve ser apresentado pelo Executivo constará as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal e distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor.

PROGRAMA DE METAS
Proposto pelo então vereador Geraldo Almeida em agosto de 2008, foi aprovada na Câmara Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município, a qual institui a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do "Programa de Metas" pelo Poder Executivo, estabelecendo um prazo para tal finalidade.

Fl Nº 013/2011
Processo 090/2011

Conforme consta da emenda aprovada: "O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até 90 dias após sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal e distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor".

Conforme consta da emenda aprovada, o Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico (internet), pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado na imprensa Oficial da Cidade no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo estabelecido.

O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término esse prazo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, inclusive nos distritos.

Além disso, segunda a proposta aprovada pela Câmara, o Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

O Prefeito poderá proceder as alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação.

Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação.

As leis orçamentárias deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da lei do Plano Diretor. As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias dentro do prazo legal definido para a sua apresentação à Câmara Municipal.

Serviço de Imprensa
Câmara Municipal de Itapeva-SP

Fl Nº 014/2011
Processo 090/2011

Cidades de RJ e Campinas aprovam lei que obriga cumprimento de programa de metas do Poder Executivo

Nesta semana, as cidades do RJ e de Campinas/SP aprovaram proposta de emenda à Lei Orgânica que institui a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento de programas de metas pelo Poder Executivo. Em Campinas/SP, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica 120/08, que instituiu a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do programa de metas do Poder Executivo foi aprovada na última segunda-feira, 2. Por ele, o prefeito (eleito ou reeleito) tem até 90 dias após sua posse para apresentar o Programa de Metas da sua gestão. O programa deverá conter as prioridades, ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública, subprefeituras e distritos da cidade, observando as diretrizes da campanha eleitoral do político. Para completar, o Poder Executivo deverá promover, em até 30 dias após a publicação do programa no Diário Oficial do Município, debate público sobre as metas. O projeto é de autoria do vereador Luis Yabiku (PDT): "***Este projeto é uma formar de avaliar melhor os candidatos que deverão apresentar propostas compatíveis com o orçamento do município***", justificou.

Já na cidade do RJ, foi aprovada na última terça-feira, 3, a Proposta de Emenda a Lei Orgânica 4/09, de autoria do vereador **Paulo Messina** (PV), acrescentando a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do Programa de Metas com as diretrizes da campanha eleitoral e objetivos do prefeito (eleito ou reeleito).

Veja abaixo a íntegra das propostas.

Fl Nº 015/2011
Processo 090/2011

Proposta de Emenda 120/08, de Campinas/SP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município de Campinas instituindo a obrigatóriedade de elaboração e cumprimento do Programa de Metas pelo Poder Executivo.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal de Campinas sanciono e promulgo;

Artigo 1º – Fica acrescido ao Artigo 75 da Lei Orgânica do Município de Campinas o Artigo 75 – A, com a seguinte redação:

" Art. O prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão até 90 (noventa) dias após sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal, subprefeituras e distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e demais normas do Plano Diretor do Município.

§ 1º – O Programa de Metas será amplamente divulgado por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial do Município no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" desse artigo.

§ 2º - O Poder Executivo promoverá, no prazo máximo de trinta dias após a publicação do Programa de Metas no Diário Oficial do Município, debate público sobre o Programa de Metas.

Fl Nº 016/2011
090/2011
Processo

§ 3º - O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º - O prefeito poderá efetuar alterações programáticas no Programa de Metas, sempre em conformidade com o Plano diretor do Município, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente.

§ 5º - Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

a) Promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;

b) Inclusão social, com redução das desigualdades regionais;

c) Atendimento das funções sociais da cidade, com melhoria da qualidade de vida urbana;

d) Promoção do cumprimento da função social da propriedade;

e) Promoção e defesa dos direitos fundamentais, individuais e sociais, de toda pessoa;

f) Combate à poluição sob todas as suas formas;

g) Universalização dos serviços públicos municipais, com observância das condições de regularidade, continuidade, eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão.

§ 6º - Ao final de cada ano, o prefeito divulgará o relatório de execução do Programa de Metas, que será disponibilizado integralmente à consulta popular."

Fl Nº 017/2011
Processo 090/2011

Administração Pública Municipal, Áreas de Planejamento da Cidade e Regiões Administrativas, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e seus objetivos, os planos, as ações estratégicas e as demais normas do Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro.

§ 1º O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela imprensa, radio e imprensa televisiva e publicado no Diário Oficial da Cidade no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais por Áreas de Planejamento.

§ 3º O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5º Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes princípios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;

FI Nº 020/2011
Processo 090/2011

b) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;

c) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;

d) promoção do cumprimento da função social da propriedade;

e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;

f) preservação de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;

g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população.

§ 6º Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo."

Art. 2º - Fica acrescentado ao art. 254 da Lei Orgânica Municipal os § 10 e § 11º, com as seguintes redações:

"§ 10 As leis orçamentárias a que se refere este artigo deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programas de Metas referido no artigo 107-A."

FL Nº 021/2011
Processo 090/2011

"§ 11 As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias dentro do prazo legal definido para a sua apresentação à Câmara Municipal."

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 19 de maio de 2009.

PAULO MESSINA

VEREADOR PV

JUSTIFICATIVA

A proposta apresentada tem como finalidade estabelecer uma norma programática - através de metas a serem atingidas pelo Município relacionadas com programa de governo - e desse modo, imprimir uma ação dirigente estabelecida na lei de regência do Município do Rio de Janeiro.

A idéia de um dirigismo estatal estabelecido, ou seja, de fixação de regras para conduzir as ações governamentais, visa difundir o conceito de proteção dos direitos dos munícipes cariocas.

A Emenda apresentada destina-se a promover compatibilidade entre os programas eleitorais e os programas do Prefeito eleito, viabilizando e qualificando o debate eleitoral e o exercício do voto.

Necessário se faz permitir à população do Rio de Janeiro meios de avaliação e acompanhamento concretos das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo Municipal, durante a execução do mandato político. O Administrador Público

Fl Nº 022/2011
Processo 090/2011

não pode mais gerar falsas expectativas, devendo ser, em primeiro plano, ético e transparente.

O Chefe do Poder Executivo deve observar e aperfeiçoar a eficiência da gestão pública municipal, através do cumprimento de metas a serem atingidas no final de cada gestão, ante a obrigatoriedade da norma inserida na Lei Máxima Municipal.

Existe um anseio dos cidadãos dessa municipalidade em verificar a continuidade das políticas públicas, as quais estariam resguardadas com a observância e cumprimento das metas indicadas no início do governo, com a perspectiva de concretização das prestações materiais à sociedade para que ela possa buscar, efetivamente, um Estado do Bem Estar Social.

Por fim, a supracitada Emenda visa permitir, ainda, instrumentos concretos de avaliação e acompanhamento dessas políticas públicas. Importante ressaltar que sua inclusão na Lei Orgânica Municipal tem por escopo densificar a força normativa da Legislação de regência do Município, através da consagração de um Estado Democrático de Direito vinculado à soberania popular.

Ante aos argumentos apontados, vislumbra-se imprimir uma carga de concretude às políticas públicas, apresentadas pelo Poder Executivo Municipal, tendo em vista os princípios constitucionais da publicidade, moralidade e eficiência.

Transparência –

Campinas
Guaíba
Itapeva
Mauá

FI Nº 023/2011 4
Processo 090/2011

Anteprojeto de Emenda à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra PE 002/2011

Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do **"Programa de Metas"** pelo Poder Executivo.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra promulga:

Art. 1°. Fica acrescentado ao art. 62 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra o artigo 62 A, com a seguinte redação:

"Art.62-A O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após a sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, inclusive dos consórcios que a Prefeitura participe, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor, com total transparência dos investimentos a serem realizados, com indicação clara da localização, plantas e planilhas de custos dos mesmos.

§ 1°. - O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa local e regional, na primeira edição imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2°. – O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, no centro da cidade e nos bairros do Alegre, Palmeiras, Fundão, Imigrantes, Jardim Holanda, Morada das Flores, Tulipas, Groot, Flamboyant e Ipê

§ 3°. – O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4°. – O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a Lei do Plano Diretor, justificando-se por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5°. – Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;
b) promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
c) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
d) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;
e) promoção do cumprimento da função social da propriedade;
f) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população;
h) transparência nas metas e gastos com os consórcios onde a Prefeitura for participante.

§ 6°. – Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Art. 2°. – Fica acrescentado ao art. 124 da Lei Orgânica Municipal os § 6°. e 7°. com a seguinte redação:

§ 6°.. – As leis orçamentárias a que se refere este artigo deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da Lei do Plano Diretor.

§ 7°. - As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas aos projetos de Lei do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), dentro dos prazos legais definidos para as suas apresentações à Câmara Municipal, sempre com 2 audiências públicas já realizadas pelo Poder Executivo por lei.

Art. 3°. – Fica o Prefeito em exercício de mandato incumbido de preparar os índices previstos no § 5°. do artigo 1°. e suas alíneas, com a prévia anuências dos Conselhos Municipais respectivos e de uma audiência pública onde se detalhará o método utilizado.

Art. 4°. – Esta emenda à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de julho de 2009

FI Nº 024/2011
Processo 090/2011

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se a:

- Promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e os programas do Prefeito eleito, valorizando e qualificando o debate eleitoral e o exercício do voto.
- Permitir à população de Holambra a avaliação e o acompanhamento das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo Municipal durante cada mandato do Prefeito Municipal.
- Aperfeiçoar a eficiência da gestão pública municipal que passará a trabalhar com indicadores e metas a serem atingidas no final de cada gestão, a exemplo da prática de excelência das organizações públicas e privadas bem sucedidas.
- Permitir maior continuidade nas políticas públicas.
- Melhorar a gestão e a qualidade dos gestores das políticas públicas que estarão comprometidos com o cumprimento das metas.
- Melhorar a qualidade dos indicadores e dos instrumentos de avaliação e acompanhamento das políticas públicas.
- Promover e aprofundar a democracia participativa.
- Adaptar à realidade da cidade de Holambra os projetos de conteúdo semelhante que foram de extrema importância em casos extraordinariamente bem sucedidos de desenvolvimento sustentável urbano.

Com certeza Holambra aprovando esta lei, marcará no cenário da RMC uma primazia, que também vai colocar a nossa cidade no noticiário nacional, desta vez com aspectos muito positivos.

O resultado da aprovação desta lei,vai permitir que todo o cidadão Holambrense possa acompanhar de maneira mais fácil como o dinheiro público estará revertendo benefícios para a melhoria da qualidade de sua vida em Holambra.

A título de informação, o município de São Paulo aprovou recentemente uma lei de mesmo teor em janeiro de 2008 e em várias outras cidades já está em formulação projeto de lei similar, como Belém – PA, Belo Horizonte – MG, Brasília – DF, Curitiba – PR, Florianópolis – SC, Goiânia – GO, Ilhabela, - SP, Ilhéus – BA, Januária – MG, Maringá – PR, Niterói – RJ, Recife – PE, Ribeirão Bonito – SP, Rio de Janeiro – RJ, Santos – SP, Teresópolis – RJ, Vitória – ES.

FI Nº 025/2011
Processo 090/2011

Anteprojeto de Emenda à Lei Orgânica do Município da Estância Turís

Naiara
Cópia 2

Acrescenta dispositivo) da
Estância Turística de Ho dade
de elaboração e cumprim pelo
Poder Executivo.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra promulga:

Art. 1°. Fica acrescentado ~~ao art. 62 da~~ na Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra o artigo 62 A, com a seguinte redação:

"Art.62-A O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após a sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, inclusive dos consórcios que a Prefeitura participe, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor, com total transparência dos investimentos a serem realizados, com indicação clara da localização, plantas e planilhas de custos dos mesmos.

§ 1°. - O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa local e regional, na primeira edição imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2°. – O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, ~~no centro da cidade e nos bairros do Alegre, Palmeiras, Fundão, Imigrantes, Jardim Holanda, Morada das Flores, Tulipas, Groot, Flamboyant e Ipê~~ nos bairros existentes no município.

§ 3°. – O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4°. – O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a Lei do Plano Diretor, justificando-se por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5°. – Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;
b) promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
c) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
d) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;
e) promoção do cumprimento da função social da propriedade;
f) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população;
h) transparência nas metas e gastos com os consórcios onde a Prefeitura for participante.

§ 6°. – Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Art. 2°. – Fica acrescentado ao art. 124 da Lei Orgânica Municipal os ~~§ 6°. e 7°.~~ com a seguinte redação:

"§ 6°. – As leis orçamentárias a que se refere este artigo deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da Lei do Plano Diretor."

§ 7°. – As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas aos projetos de Lei do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), dentro dos prazos legais definidos para as suas apresentações à Câmara Municipal, sempre com 2 audiências públicas já realizadas pelo Poder Executivo por lei."

Art. 3°. – Fica o Prefeito em exercício de mandato incumbido de preparar os índices previstos no § 5°. do artigo 1°. e suas alíneas, com a prévia anuência dos Conselhos Municipais respectivos e de uma audiência pública onde se detalhará o método utilizado.

Art. 4°. – Esta emenda à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, de de 2009

FI Nº 026/2011
Processo 090/2011

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se a:

- Promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e os programas do Prefeito eleito, valorizando e qualificando o debate eleitoral e o exercício do voto.
- Permitir à população de Holambra a avaliação e o acompanhamento das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo Municipal durante cada mandato do Prefeito Municipal.
- Aperfeiçoar a eficiência da gestão pública municipal que passará a trabalhar com indicadores e metas a serem atingidas no final de cada gestão, a exemplo da prática de excelência das organizações públicas e privadas bem sucedidas.
- Permitir maior continuidade nas políticas públicas.
- Melhorar a gestão e a qualidade dos gestores das políticas públicas que estarão comprometidos com o cumprimento das metas.
- Melhorar a qualidade dos indicadores e dos instrumentos de avaliação e acompanhamento das políticas públicas.
- Promover e aprofundar a democracia participativa.
- Adaptar à realidade da cidade de Holambra os projetos de conteúdo semelhante que foram de extrema importância em casos extraordinariamente bem sucedidos de desenvolvimento sustentável urbano.

Com certeza Holambra aprovando esta lei, marcará no cenário da RMC uma primazia, que também vai colocar a nossa cidade no noticiário nacional, desta vez com aspectos muito positivos.

O resultado da aprovação desta lei,vai permitir que todo o cidadão Holambrense possa acompanhar de maneira mais fácil como o dinheiro público estará revertendo benefícios para a melhoria da qualidade de sua vida em Holambra.

A título de informação, o município de São Paulo aprovou recentemente uma lei de mesmo teor em janeiro de 2008 e em várias outras cidades já está em formulação projeto de lei similar, como Belém – PA, Belo Horizonte – MG, Brasília – DF, Curitiba – PR, Florianópolis – SC, Goiânia – GO, Ilhabela, - SP, Ilhéus – BA, Januária – MG, Maringá – PR, Niterói – RJ, Recife – PE, Ribeirão Bonito – SP, Rio de Janeiro – RJ, Santos – SP, Teresópolis – RJ, Vitória – ES.

Fl Nº 027/2011
Processo 090/2011

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº

Ementa: Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município de Campinas instituindo a obrigatóriedade de elaboração e cumprimento do Programa de Metas pelo Poder Executivo.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal de Campinas sanciono e promulgo;

Artigo 1º – Fica acrescido ao Artigo 75 da Lei Orgânica do Município de Campinas o Artigo 75 – A, com a seguinte redação:

" Art. O prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão até 90 (noventa) dias após sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública municipal, subprefeituras e distritos da cidade, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e demais normas do Plano Diretor do Município.

§ 1º – O Programa de Metas será amplamente divulgado por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial do Município no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" desse artigo.

§ 2º - O Poder Executivo promoverá, no prazo máximo de trinta dias após a publicação do Programa de Metas no Diário Oficial do Município, debate público sobre o Programa de Metas.

§ 3º - O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º - O prefeito poderá efetuar alterações programáticas no Programa de Metas, sempre em conformidade com o Plano diretor do Município, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente.

Fl Nº 028/2011
Processo 090/2011

Sala de Reuniões, 01 de abril de 2008.

LUIS YABIKU

Vereador PDT

JUSTIFICATIVA

Essa emenda à Lei Orgânica do Município de Campinas destina-se a promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e os programas do prefeito eleito, valorizando e qualificando o debate eleitoral e o exercício do voto.

Isso possibilitaria à população de Campinas a avaliação e o acompanhamento periódicos das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo Municipal.

Além disso, serviria como ferramenta para aperfeiçoar a eficiência da gestão pública municipal, que passaria a trabalhar com indicadores e metas a serem atingidos, o que permitiria inclusive uma maior continuidade nas políticas públicas.

Sala de Reuniões, 01 de abril de 2008.

LUIS YABIKU

Vereador PDT

Proposta de Emenda 4/09, de Rio de Janeiro/RJ.

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 4/2009

EMENTA: ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO INSTITUINDO A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE METAS PELO PODER EXECUTIVO - ACRESCENTA O ARTIGO 107-A E O §10 E §11 AO ARTIGO 254.

Autor(es): VEREADOR PAULO MESSINA

Fl Nº 029/2011
Processo 090/2011

Paulínia lidera índice de Qualidade da Saúde da RMC

Já Campinas é apenas a 8ª no ranking, segundo resultados apresentados nesta manhã na Câmara

18/05/2011 - 11h51 . Atualizada em 18/05/2011 - 12h31

Portal RAC

Curtir Compartilhar 10



Dados foram apresentados pelo vereador Dário Saadi (à esq.) nesta quarta-feira (18) (Foto: Leandro Ferreira/AAN)

Tags

Saúde Campinas Paulínia

Texto A+ a-

E-mail

Imprimir

Comente

Edição Eletrônica CORREIO POPULAR

Busca

CORREIO DE OFERTAS Compras Coletivas · Shop · Imóveis · Tudo RAC · Economia · Tempo · Cinema · Horóscopo · Estradas e Aeroportos · Radares · Trânsito

Mais lidas Mais comentadas

Confira os nomes Doze presos na megaoperação do Caso Sanasa

Prisão decretada Vice e secretários de Campinas continuam foragidos

Contratos Entenda como se desenvolveu o Caso Sanasa desde 2010

Documentos Dinheiro é apreendido na casa do vice Demétrio Vilagra

Lista Megaoperação tem 11 presos e 9 considerados foragidos

Delação premiada O HOMEM QUE DELATOU O ESQUEMA

Prisão Diretor da Sanasa chega de camburão à Corregedoria

A cidade de Paulínia é a que tem o melhor Índice de Qualidade da Saúde (IQS) Geral da Região Metropolitana de Campinas referente a 2010, seguida por Holambra (2ª) e Jaguariúna (3ª). Já a cidade que dá nome à região metropolitana ocupa apenas o 8º lugar no ranking.

Os resultados foram apresentados na manhã desta quarta-feira (18/05) para profissionais do setor de saúde, prefeitos e secretários de saúde das 19 cidades da RMC pelo vereador Dário Saadi (DEM), na Câmara Municipal de Campinas.

Além de ter o maior IQS Geral, Paulínia é a líder em financiamento. A cidade apresenta também a 3ª melhor pontuação em mortalidade infantil, maternal e expectativa de vida, estatística liderada por Holambra.

Já em relação à atenção básica, ações preventivas e cobertura vacinal, as cidades mais bem avaliadas são Holambra e Artur Nogueira, que obtiveram a mesma pontuação. Outro destaque é Jaguariúna, considerada a melhor no quesito atenção hospitalar e consultas com especialidades e exames de alta complexidade.

Campinas
Além de ocupar a 8º posição no IQS Geral, a cidade é a 4ª em financiamento, a 8ª em mortalidade infantil, maternal e expectativa de vida, a 16ª em atenção básica, ações preventivas e cobertura vacinal e a 9ª em atenção hospitalar e consultas com especialidades e exames de alta complexidade.

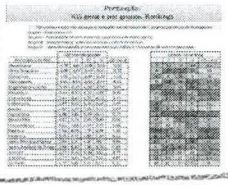
Sobre o Índice de Qualidade da Saúde (IQS)
Transformado em lei no final de 2009, o IQS foi aplicado pela primeira vez no ano passado com o apoio do Sindicato dos Médicos de Campinas, sob orientação técnica e científica do médico Saverio Paulo Laurito Gagliardi.

Composto por 29 diferentes indicadores, o IQS mede a qualidade dos serviços de saúde prestados pela rede pública das 19 cidades e é uma ferramenta de gestão importante para as cidades planejarem suas ações no setor. Ao todo, os 551 resultados compuseram um ranking das cidades com melhores serviços prestados à população.

"O cidadão ganha mais um instrumento para comparar os serviços de sua cidade com as demais integrantes da RMC. O profissionais da saúde também ganham, já que recebem uma importante ferramenta de avaliação e controle de suas ações", destaca Dário Saadi.

Clique no infográfico abaixo para ver todos os dados do Índice de Qualidade da Saúde da RMC de 2010

Infográfico



+ Secretários Pinto e Lagos são exonerados por Hélio

+ Saúde prorroga vacinação contra gripe até sexta (27/05)

+ Passageiro turco é preso com cocaína em Viracopos

+ Portal RAC tem novos parceiros e renova canal de Educação

+ Ciclistas fazem força-tarefa contra desmatamento

+ Acidente em estrada deixa um morto e três feridos

Sul América Saúde Vendas
Planos com Carência Zero! Ligue e Confira no Tel 3219-0154
www.sulamericasaudesp.com.br

Anúncios Google

Central de Atendimento 24hs
HIGITEC
Desentupidora e Dedetizadora
São Paulo (11) 5084-5000
Demais localidades 0300-100-9000
0300-115-8000

Comente

Fl Nº 030/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
CNPJ 67.172.312/0001-53 Telefax: (19) 3802-1487

Ofício n°103/- GP Estância Turística de Holambra, aos 19 de julho de 2.011.

Prezado(a) Senhor(a),

Com os meus respeitosos cumprimentos, na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, pelas atribuições a mim conferidas, e em cumprimento à legislação pertinente, venho solicitar a Vossa Senhoria que seja emitido, por este respeitável órgão, Parecer sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica n° 002/2011, cópia em anexo, da referida propositura:

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 002/2011 - ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, INSTITUINDO A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO "PROGRAMA DE METAS" PELO PODER EXECUTIVO"

Este parecer deverá ser emitido, levando em consideração: a sua constitucionalidade, legalidade, iniciativa, viabilidade, etc., bem como outros comentários que se fizerem necessários.

No aguardo da emissão do respectivo parecer, que desde já solicito a gentileza de que seja enviado com a máxima urgência, face aos prazos regimentais.

Sem mais para o momento, no aguardo da emissão do respectivo parecer, apresento meus sinceros votos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

AO IGAM
INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS.
SR.PRESIDENTE

Fl Nº 031/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

Ofício nº103/- GP Estância Turística de Holambra, aos 19 de julho de 2.011.

Prezado(a) Senhor(a),

Com os meus respeitosos cumprimentos, na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, pelas atribuições a mim conferidas, e em cumprimento à legislação pertinente, venho solicitar a Vossa Senhoria que seja emitido, por este respeitável órgão, Parecer sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2011, cópia em anexo, da referida propositura:

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2011 - ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, INSTITUINDO A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO "PROGRAMA DE METAS" PELO PODER EXECUTIVO"

Este parecer deverá ser emitido, levando em consideração: a sua constitucionalidade, legalidade, iniciativa, viabilidade, etc., bem como outros comentários que se fizerem necessários.

No aguardo da emissão do respectivo parecer, que desde já solicito a gentileza de que seja enviado com a máxima urgência, face aos prazos regimentais.

Sem mais para o momento, no aguardo da emissão do respectivo parecer, apresento meus sinceros votos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

AO IGAM
INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS.
SR.PRESIDENTE

Fl Nº 032/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S P

IGAM INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS

ISO 9001:2008 GESTÃO DA QUALIDADE IGAM

São Paulo, 22 de agosto de 2011.

Orientação Técnica IGAM nº 13.419/2011.

I. A União dos Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP, atendendo solicitação do Poder Legislativo do Município de Estância Turística de Holambra, SP, através de matéria enviada ao IGAM pelo Sr. Luis Mario Machado dos Santos, solicita orientação acerca da constitucionalidade, bem como viabilidade técnica e jurídica da Proposta de Emenda á Lei Orgânica nº 002/2011, com origem no Poder Legislativo, o qual acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município de Estância Turística de Holambra, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento de programa de metas pelo Poder Executivo.

II. Inicialmente é preciso deixar expresso que ao Poder Legislativo cumpre as funções de fiscalização e controle da Administração Pública. Ao parlamento Municipal encontra-se expressamente prevista no art. 31, da Constituição Federal:

> Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
> § 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas, dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Aplica-se também ao Legislativo Municipal, por simetria, todas as disposições constitucionais que regram a função, a forma e o âmbito do exercício da fiscalização:

> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
> ...
> X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
> ...
> Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
> ...
> Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:"

Fl Nº 033 / 2011
Processo 090 / 2011

Outros números: 0179843.0/9-00, 994.09.226883-4
Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Orgânica do Município de Ilha Bela - sustentada inconstitucionalidade do artigo 45-A, acrescido pela Emenda n° 01/23.06.2008, de iniciativa parlamentar e promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação do plano de metas e indicadores pelo Executivo Municipal no prazo de 90 dias" - ir além do controle externo o Legislativo, para impor ao Executivo um segundo e interno mecanismo de prestação de contas da administração, constitui evidente interferência nesta e clara ofensa ao sistema de separação das funções estatais, por estabelecer relação de hierarquia e subordinação com ele às inteiras incompatível e que ademais demandará custos, a serem cobertos, contudo, por recursos que o texto impugnado nem de leve indicou - violação dos artigos 5o, 25, 33, Ia IV, 37 e 47, II, XIV e 150, da Constituição Estadual - ação procedente

IV. De tudo o que foi aqui consignado, verifica-se que a proposta de emenda a Lei Orgânica nº 002/2011 não apresenta sustentação constitucional, na medida em que caracteriza flagrante excesso na função fiscalizadora do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo, motivo pelo qual, a nosso juízo, não há como afastar sua inconstitucionalidade, o que conduz a conclusão pela inviabilidade técnica da proposição analisada.

O IGAM permanece à disposição.

Everton M. Paim
OAB/RS 31.446
Consultor do IGAM

Fl Nº 035/2011
050/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

Secretaria da Câmara Municipal, em 18 de julho de 2011.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em cumprimento ao artigo 232, da Resolução nº. 11/94 (Regimento Interno) encaminho a PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº002/2011 ***"ACRESCENTA DISPOSITIVOS Á LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, INSTITUINDO A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO "PROGRAMA DE METAS" PELO PODER EXECUTIVO",*** *para exame e emissão do respectivo Parecer.*

Sem mais, subscrevo-me.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Recebido nos termos do Artigo 82, inciso "VI", do Regimento Interno.

Holambra, 18 de Julho de 2011.

VEREADOR MARIO LUIZ SITTA
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

V I S T A

Para analise, nos termos regimentais, nesta data, como prescreve o Artigo 82, inciso VI, do Regimento Interno, designo para relator da ***PROPOSTA DE EMENDA Á LEI ORGÂNICA N. 002/2011****, a Vereadora* ***NAIARA REGITANO HENDRIKX.***

Recebi 18 de julho de 2011, os autos em referência.

Vereador _____
Relator Designado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fl Nº 036/2011
090/2011
Processo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

III. O poder fiscalizatório, contudo, não é ilimitado e não pode ser desregrado, visto que, pelo princípio da separação dos poderes[1], inexiste supremacia de um Poder sobre o outro, situação que obriga o respeito à independência e harmonia.

Assim, a fiscalização deve obedecer à forma, a área e os instrumentos previstos constitucionalmente.

No caso concreto, ao pretender impor ao Poder Executivo o denominado programa de metas, que, na prática, se constitui em um instrumento de controle e fiscalização das ações administrativas do governo, o Poder Legislativo extrapola o limite constitucionalmente estabelecido, claramente tentando interferir na administração municipal, criando uma relação de hierarquia e subordinação entre os Poderes, o que inteiramente incompatível com sistema de separação das funções estatais vigente.

Ademais, tem-se que a implementação da medida projetada demandará expressivos custos, com a divulgação do Programa de Metas por meio eletrônico, pela mídia impressa, local e regional, bem como com a promoção de debate público sobre dito programa mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, inclusive nos distritos, e, ainda, com a divulgação de relatórios semestrais dos indicadores de desempenho e anual da execução daquele, a serem cobertos, contudo, por recursos que o texto projetado não indicou, afrontando o disposto no art. 25[2], da Constituição do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, o órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado Bandeirante, ao exercer o controle de constitucionalidade, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, de uma lei municipal, cujo conteúdo normativo é idêntico ao do projeto telado, de forma um unânime, declarou a inconstitucionalidade do dispositivo incluído na Lei Orgânica Municipal através de emenda gerado no Poder Legislativo, consoante se infere do julgado (ementa) a seguir transcrito:

> **0226883-88.2009.8.26.0000** Direta de Inconstitucionalidade / Controle de Constitucionalidade
> **Relator(a):** Palma Bisson
> **Comarca:** São Paulo
> **Órgão julgador:** Órgão Especial
> **Data do julgamento:** 10/02/2010
> **Data de registro:** 10/03/2010

---

[1] CF: Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

[2] **Artigo 25 -** Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis,próprios para atender aos novos encargos.

Fl Nº 034 / 2011
Processo 090 / 2011

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em análise a **"Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2011",** de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, com apoio dos vereadores, Andreza Esperança, José Benedito de Souza, José Marcos de Souza, Mario Luiz Sitta, Wilson Barbosa, **com "Emenda Modificativa nº 01",** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

A presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica, tem por objeto, o seguinte: **"ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, INSTITUINDO A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO "PROGRAMA DE METAS" PELO PODER EXECUTIVO".** Já a **Emenda Modificativa pretende fazer alterações de ordem técnica, retirando vícios formais**.

2) DO RELATÓRIO:

A Nobre Vereadora NAIARA REGITANO HENDRIKX, Relatora do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: Em análise aos termos de legalidade e validade jurídica, a proposição tem total amparo legal, tendo em vista que encontra respaldo no Artigo 37 da Constituição Federal, traduzindo os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência dos atos públicos. Além disso, a matéria não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, não contrariando, portanto, o artigo 42 da Lei Orgânica Municipal. Cumpre ainda lembrar que os gastos com a divulgação deste Programa de Metas é o mesmo gasto que deve ser previsto para a publicação dos atos públicos, instituído pelo artigo 37 da CF, não onerando o Poder Executivo além do já previsto em lei. Ressalte-se, todavia, que são necessárias as alterações de ordem técnica previstas na Emenda Modificativa nº 01, como forma de retirar os vícios formais existentes.
Deste modo, feitas as correções necessárias e pelos motivos expostos, e, ainda, não havendo nenhuma objeção, o parecer desta relatora, em termos de legalidade, é **favorável à proposição**, visto que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica e sua Emenda Modificativa apresentam todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: A proposição é conveniente e oportuna, pois busca promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e o programa de ações do prefeito eleito, permitindo aos munícipes a avaliação e acompanhamento das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo. Além disso, diversas Câmaras Legislativas já propuseram matérias semelhantes, com o apoio da população que anseia pela moralidade, transparência, publicidade e eficiência da gestão pública.

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Fl Nº 037/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Em análise a proposta apresentada e sua emenda modificativa, e em consonância com o relatório da Vereadora Relatora do Parecer, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2011 e sua EMENDA MODIFICATIVA Nº 01**, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação, já que se encontra em total viabilidade, constitucionalidade e amparo legal.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 08 de setembro de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/Vice-Presidenta

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA
Vereador/Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
12 / 09 / 2011
PRESIDENTE

Fl Nº 038 / 2011
Processo 090 / 2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA - SP

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em análise a **"Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2011",** de autoria da Vereadora Naiara Regitano Hendrikx, com apoio dos vereadores, Andreza Esperança, José Benedito de Souza, José Marcos de Souza, Mario Luiz Sitta, Wilson Barbosa**, com "Emenda Modificativa nº 01",** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifestam:

1) DO OBJETO:

A presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica, tem por objeto, o seguinte: **"ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, INSTITUINDO A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO "PROGRAMA DE METAS" PELO PODER EXECUTIVO".** Já a **Emenda Modificativa pretende fazer alterações de ordem técnica, retirando vícios formais**.

2) DO RELATÓRIO:

A Nobre Vereadora NAIARA REGITANO HENDRIKX, Relatora do parecer da respectiva Comissão apresenta a seguinte conclusão:

a) da legalidade: Em análise aos termos de legalidade e validade jurídica, a proposição tem total amparo legal, tendo em vista que encontra respaldo no Artigo 37 da Constituição Federal, traduzindo os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência dos atos públicos. Além disso, a matéria não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, não contrariando, portanto, o artigo 42 da Lei Orgânica Municipal. Cumpre ainda lembrar que os gastos com a divulgação deste Programa de Metas é o mesmo gasto que deve ser previsto para a publicação dos atos públicos, instituído pelo artigo 37 da CF, não onerando o Poder Executivo além do já previsto em lei. Ressalte-se, todavia, que são necessárias as alterações de ordem técnica previstas na Emenda Modificativa nº 01, como forma de retirar os vícios formais existentes.
Deste modo, feitas as correções necessárias e pelos motivos expostos, e, ainda, não havendo nenhuma objeção, o parecer desta relatora, em termos de legalidade, é **favorável à proposição**, visto que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica e sua Emenda Modificativa apresentam todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade: A proposição é conveniente e oportuna, pois busca promover maior compatibilidade entre os programas eleitorais e o programa de ações do prefeito eleito, permitindo aos munícipes a avaliação e acompanhamento das ações, obras, programas e serviços realizados pelo Poder Executivo. Além disso, diversas Câmaras Legislativas já propuseram matérias semelhantes, com o apoio da população que anseia pela moralidade, transparência, publicidade e eficiência da gestão pública.

.

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Fl Nº 039/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
25ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2º BIÊNIO

DATA: *03/10/2011, ÀS 19 HORAS.*

PROPOSITURA: *PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 002/2011, COM EMENDA MODIFICATIVA Nº. 001/2011.*

ASSUNTO: *"ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, "INSTITUINDO A OBRIGATPORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO "PROGRAMA DE METAS" PELO PODER EXECUTIVO"."*

NOME	SIM/NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREZA ESPERANÇA	S		
APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA	S		
ASTÉRIO PINTO FILHO	S		
DONIZETTI FERNANDES DE ALMEIDA	S		
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA	S		
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	S		
MARIO LUIZ SITTA	S		
NAIARA REGITANO HENDRIKX	S		
WILSON BARBOSA	S		

VOTOS FAVORÁVEIS: 09

VOTOS CONTRÁRIOS: 00

ABSTENÇÕES: 00

AUSÊNCIAS: 00

RESULTADOS: Aprovada

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

Fl Nº 043/2011
Processo 090/2011

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
CNPJ 67.172.312/0001-53 Telefax: (19) 3802-1487

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº017/2011

Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do "Programa de Metas" pelo Poder Executivo.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e a Mesa da Câmara promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Artigo 1°. Fica acrescentado na Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra o artigo 62 A, com a seguinte redação:

"Artigo 62 A - O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após a sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores, os critérios desse indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, inclusive dos consórcios que o Município participe, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor, com total transparência dos investimentos a serem realizados, com indicação clara da localização, plantas e planilhas de custos dos mesmos.

§ 1º. - O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa local e regional, na primeira edição imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º. – O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, no centro da cidade e nos bairros do Alegre, Camanducaia, Palmeiras, Fundão, Imigrantes, Jardim Holanda, Morada das Flores, Tulipas, Groot, Flamboyant, Pinhalzinho e Ipê

§ 3º. – O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º. – O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a Lei do Plano Diretor, justificando-se por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Fl Nº 044/2011
090/2011
Processo

§ 5º. – Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

a) promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;

b) promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;

c) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;

d) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;

e) promoção do cumprimento da função social da propriedade;

f) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;

g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população;

h) transparência nas metas e gastos com os consórcios onde o Município for participante.

§ 6º. – Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Artigo 2º. – Fica acrescentado ao art. 124 da Lei Orgânica Municipal os § 7º. e 8º. com a seguinte redação:

§ 7º. – As leis orçamentárias a que se refere este artigo deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da Lei do Plano Diretor.

Fl Nº 045/2011
Processo 090/2011

§ 8º. - As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas aos projetos de Lei do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), dentro dos prazos legais definidos para as suas apresentações à Câmara Municipal, sempre com 2 audiências públicas já realizadas pelo Poder Executivo por lei.

Artigo 3º. – Fica o Prefeito em exercício de mandato incumbido de preparar os índices previstos no § 5º. do artigo 62 A e suas alíneas, com a prévia anuência dos Conselhos Municipais respectivos e de uma audiência pública onde se detalhará o método utilizado.

Artigo 4º. – Esta emenda à Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Holambra entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 04 de outubro de 2011.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/Presidente

MARIO LUIZ SITTA
Vereador/Vice-Presidente

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora/1ª Secretária

ANDREZA ESPERANÇA
Vereadora/1ª Secretaria

Autoria da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº002/2011 os Senhores Vereadores: Naiara Regitano Hendrikx, Mario Luiz Sitta, Andreza Esperança, Wilson Barbosa, José Marcos de Souza e José Benedito de Souza.

Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa

046/2011
Fl Nº
090/2011
Processo